



AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL AMAZÔNICO

FAMILY FARMING IN THE AMAZON SOCIO-ENVIRONMENTAL CONTEXT

<i>Recebido em:</i>	05/11/2019
<i>Aprovado em:</i>	03/02/2020

Karine Nunes Lima¹

Raimundo Pereira Pontes Filho²

RESUMO

O presente artigo trata sobre a agricultura familiar no ambiente amazônico em seu contexto socioambiental. Para isso, faz-se necessária uma análise da evolução da atividade agrícola no país, levando em consideração os aspectos econômicos, sociais e ambientais, descrevendo também sobre o processo de ocupação da região amazônica. Objetivou-se compreender a relevância da agricultura familiar como importante prática tradicional que contribui para a sustentabilidade ecológica da Amazônia. Foram realizadas as pesquisas do tipo bibliográfica e documental, em que buscou-se conjugar aquilo que já é de conhecimento da comunidade científica com documentos e relatórios produzidos por órgãos e entidades do Estado

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Especialista em Direito Público pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. E-mail: karinenunes182@gmail.com.

² Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA; Professor da Universidade Federal do Amazonas; Docente do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: pontesfilho555@yahoo.com.br.



brasileiro. Emprega-se ainda o método dedutivo para identificar a importância da agricultura familiar no ambiente amazônico e a sua relevância para o desenvolvimento sustentável da região. Como resultado, compreende-se que a agricultura familiar praticada na Amazônia pode ser identificada entre os povos indígenas e comunidades tradicionais, em razão do modo de relação existente entre conhecimentos passados de geração em geração e exploração dos recursos naturais de maneira não predatória. Conclui-se que os agricultores familiares utilizam de práticas tradicionais resultantes de uma mistura do conhecimento indígena com aquele trazido pelos migrantes de outras regiões do país, e que essas práticas contribuem para a qualidade de vida desses povos e equilíbrio ecológico da região amazônica.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Amazônia; Desenvolvimento Sustentável

ABSTRACT

This article deals with family farming in the Amazonian environment in its socioenvironmental context. For this, it is necessary to analyze the evolution of agricultural activity in the country, taking into account the economic, social and environmental aspects, also describing the process of occupation of the Amazon region. The objective was to understand the relevance of family farming as an important traditional practice that contributes to the ecological sustainability of the Amazon. Bibliographic and documentary researches were carried out, in which we sought to combine what is already known to the scientific community with documents and reports produced by organs and entities of the Brazilian State. The deductive method is also used to identify the importance of family farming in the Amazonian environment and its relevance to the sustainable development of the region. As a result, it is understood that family farming practiced in the Amazon can be identified between indigenous peoples and traditional communities, due to the relationship between knowledge passed on from generation to generation and non-predatory



exploitation of natural resources. It is concluded that family farmers use traditional practices resulting from a mixture of indigenous knowledge with that brought by migrants from other regions of the country, and that these practices contribute to the quality of life of these peoples and the ecological balance of the Amazon region.

Key words: Family farming; Amazon; Sustainable development

1. Introdução

O presente estudo apresenta algumas considerações acerca da agricultura familiar na Amazônia em seu aspecto socioambiental, de modo a identificar esse grupo no ambiente amazônico. Para isso, foram descritos alguns aspectos importantes no desenvolvimento da agricultura no Brasil e como se deu a ocupação do ambiente amazônico pelas populações, de modo a demonstrar a origem das gerações passadas dos praticantes da agricultura familiar na atualidade, seja aquela praticada por pequenos agricultores, seja a exercida por populações tradicionais.

O problema proposto consiste em conhecer qual a importância da agricultura familiar praticada na Amazônia e como ela contribui para a sustentabilidade ecológica da região.

Nesse sentido, objetivou-se compreender a relevância da agricultura familiar como importante prática tradicional que contribui para a sustentabilidade ecológica da Amazônia, em contrapartida à evolução e modernização do agronegócio brasileiro, o qual é marcado por lutas sociais para reconhecimento de direitos.

Para a elaboração deste escrito realizou-se pesquisas do tipo bibliográfica, como forma de conhecer o que já foi produzido sobre o tema, e do tipo documental, em que se buscou conjugar aquilo que já é de conhecimento da comunidade científica com documentos e relatórios produzidos por órgãos e entidades do Estado brasileiro. Tanto utilizou-se



trabalhos científicos interdisciplinares sobre agricultura familiar e Amazônia, quanto trabalhos produzidos sob o enfoque de outras áreas do conhecimento.

Em razão dos tipos de pesquisas executadas, empregou-se o método dedutivo para identificar a importância da agricultura familiar no ambiente amazônico e a sua relevância para o desenvolvimento sustentável da região, em que se parte de estudos gerais sobre agricultura indo até a agricultura familiar no contexto socioambiental amazônico.

A agricultura, no decorrer dos anos, passou a exercer um papel fundamental a nível global devido à necessidade de aumento da produção de alimentos em decorrência do crescimento da população mundial. Assim, com o aumento da demanda por alimentos, surge a urgência em se alinhar à produção para o atendimento da demanda global com o incremento de técnicas de uso racional dos recursos naturais.

Em relação a esse tipo de atividade, o Brasil tornou-se um importante protagonista na indústria mundial de produção e fornecimento de alimentos, constituindo umas das principais bases da economia nacional. Assim, o Brasil atualmente se apresenta como um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo, sendo um país de extrema relevância no planejamento estratégico mundial no mercado de alimentos. Esse fato dá-se em razão do crescimento populacional nos países em desenvolvimento, em que se estima que até 2030, conforme dados na Embrapa (2018), haverá a necessidade de expansão da produção de alimentos em 35% comparada à média de produção observada no período de 2005 a 2007.

A agricultura praticada pelo homem transformou o seu modo de pensar e agir. Passou-se da atividade de caça e coleta (caçador-coletor) para o cultivo e a criação, sendo este um modelo versátil, que se moldava ao tempo e lugar no decorrer da história. Assim, conforme Mazoyer e Roudart (2010), a agricultura pode ser apontada como um agrupamento que reúne formas locais, as quais variam ao longo do tempo e do espaço.



Dessa forma, conforme os ensinamentos trazidos por Graziano da Silva (1998), a agricultura passou a fazer parte do desenvolvimento capitalista com a separação cidade-campo, onde, num primeiro momento, a produção do campo mediante o trabalho familiar era um acréscimo das atividades camponesas, o qual fazia parte da economia natural, advinda da relação Homem-Natureza. Num momento posterior o capitalismo destrói essa relação natural harmônica para recriar o processo de modo fabricado, onde os níveis de conhecimento e controle da natureza eram maiores e permitiram a reprodução de maneira artificial daquilo que era obtido através de condições naturais. Com isso, a fase de modernização das técnicas agrícolas passou a possuir a denominação de “industrialização da agricultura”.

O processo de modernização ficou mais evidente após o advento da Revolução Verde, um movimento na agricultura marcado pela utilização freqüente de agrotóxicos e sementes melhoradas. Esse modelo se fortaleceu com o final da Segunda Guerra Mundial quando as indústrias químicas que forneciam insumos para a guerra passaram a fabricar agrotóxicos, surgindo assim a necessidade da utilização de um maquinário pesado utilizado desde o plantio até a colheita (ANDRADES; GANIMI, 2007). Observa-se ainda no período do pós-guerra que um dos únicos caminhos para o lucro dos grandes empresários ocorreu por meio de alimentos, através do direcionando de todo material restante da indústria bélica para a agricultura (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001).

Mesmo com o alto investimento da agricultura “moderna”, marcada pela utilização de muito capital e de pouca mão de obra, esta não é predominante no mundo, pois, conforme Mazoyer e Roudart (2010), a maior parte dos agricultores utilizam equipamentos manuais, fazendo com que outras formas de agricultura permanecem predominantes nos países em desenvolvimento.

Com a modernização da agricultura, o setor agrícola passou a ser visto como parte integrante da economia brasileira, não sendo mais considerado um setor autônomo, mas sim,



tornando-se um ramo da indústria. Com isso, segundo Graziano da Silva (1998), o processo representa nada mais do que a própria subordinação da natureza ao capital, quando reproduz as condições naturais sempre que se fizerem necessárias, de modo a atender ao mercado.

No cenário da agricultura brasileira destaca-se o agricultor familiar, um importante ator social da agricultura moderna, que alinha os conhecimentos tradicionais, passados de geração em geração, com as técnicas atuais de produção e vida em sociedade. Fato que contribui não só para o desenvolvimento econômico do país como favorece também o desenvolvimento sustentável.

Na Amazônia, a prática da agricultura familiar pode ser observada em grupos como os povos indígenas e as comunidades tradicionais que, através do conhecimento repassado oralmente a todos os seus descendentes, culminaram hoje em práticas que, ao lado do desenvolvimento sustentável da região, preservam o meio ambiente, contribuem para a qualidade de vida desses povos, garantindo uma existência digna e resultam em produtos com maior segurança alimentar para a população, com impactos na cadeia comercial.

2. A evolução econômica e social da Agricultura no Brasil

Para chegar ao patamar de grande produtor e exportador de alimentos do mundo, o Brasil passou por várias transformações culturais, sociais, ambientais e econômicas, seja em razão dos acontecimentos internos, seja em razão de acordos firmados com outros países, que culminaram na política agrícola atual e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao pequeno agricultor.

Além das mudanças nas técnicas agrícolas, trazidas pela Revolução Verde, conforme Zamberlam e Froncheti (2001) ocorreram também transformações nos setores ambiental, econômico e social, em decorrência da utilização intensiva dos pacotes tecnológicos e



mecanização do trabalho aliados à utilização de monocultura, ao consumismo sem limites, ao desmatamento e a extinção de espécies.

O desenvolvimento da agricultura brasileira é marcado por conflitos de terra desde antes do século XX, sendo que os povos indígenas foram os primeiros a sofrerem as consequências oriundas da destruição de seus territórios (OLIVEIRA,2001).

Além da história de luta por terras e justiça social pelos povos indígenas, segundo Oliveira (1994) inclui-se também os quilombolas, os camponeses do Nordeste e do Sul e os colonos das fazendas de café. Esse histórico de lutas construiu um pano de fundo para que os trabalhadores do campo se unissem por meio de movimentos sociais de luta pela terra, visando a garantia de relações de trabalho adequadas à dignidade humana.

Nos últimos 50 (cinquenta) anos, foi possível observar no território brasileiro um movimento migratório o qual promoveu mudanças importantes na produção agrícola e na ocupação nos estados. Esse movimento pode ser dividido em três grandes movimentos migratórios ocorridos em diferentes épocas no Brasil.

O primeiro movimento de migração ocorreu entre as décadas de 60 e 80, partindo do Nordeste com destino a locais como São Paulo, em razão da industrialização. Esse movimento migratório é considerado um dos maiores de origem rural.

O segundo ocorreu no fim da década de 70 em direção às regiões fronteira agrícola, em razão da construção de rodovias (BR-230 (Transamazônica), BR-010 e BR-364), com intensificação da movimentação em função das expectativas oriundas da mineração de ouro e demais minerais preciosos, com ocupação nos estados do Pará, Maranhão e Rondônia.

O terceiro movimento deu-se no fim da década de 80, pelos sulistas, os quais, na década de 70, enquanto pequenos produtores aprenderam a cultivar soja, e, diante da necessidade do cultivo de novas terras, buscaram outras áreas, principalmente a oeste do Paraná, o qual se tornou um dos maiores produtores de soja do país (EMBRAPA, 2018).



Entre as décadas de 60 e 80, enquanto ocorria o movimento migratório pelo país, houve um processo de transformação na agricultura, alterando as fontes de crescimento do setor por meio de alterações das produtividades da terra e do trabalho como consequência da modernização agrícola e da Revolução Verde. Desse modo, através do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, foi possível dominar áreas que eram consideradas impróprias para o avanço da agropecuária, aumentando a oferta de diversos produtos. A partir daí, o país passou a ser reconhecido por ter compreendido a “agricultura tropical” em suas atividades agrícolas. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014).

A expressão “agricultura tropical”, conforme ensinamento trazido por Crestano e Souza (2008), pode ser compreendida como uma atividade desenvolvida em região tropical tendo como ponto de partida a junção da experiência do senso comum e da adaptação de conhecimentos técnico-científicos, aplicados em outras áreas do globo terrestre. A agricultura tropical firmou-se na produção interna de tecnologias, na cooperação internacional, no acesso ao crédito, na atenção à qualidade dos produtos e no meio ambiente.

Para fins de subsidiar e estimular a agricultura, várias medidas foram tomadas pelo Estado brasileiro, constituindo numa “intervenção planejada” a partir da década de 60, mesmo que algumas ações já estivessem se manifestando em meados da década de 50. Assim, destacam-se a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e o surgimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), bem como estudos realizados acerca da economia nacional. Os objetivos dessa intervenção consistiam em “promover a ampliação da oferta agropecuária, expansão e diversificação das exportações e assegurar a normalidade do abastecimento doméstico” (BUAINAIN, 1999, p. 120).

Essa política intervencionista se estendeu pela década de 70, em que a política agrícola da época tinha como objetivos tanto promover a modernização técnica do setor como alinhar a dinâmica e interesses do setor agropecuário com as necessidades da macroeconomia e o alcance dos objetivos globais de desenvolvimento.



Segundo estudos realizados por Buainain (1999), percebe-se que, mesmo que a intervenção estatal no setor nem sempre conseguisse compatibilizar entre si os objetivos de natureza macroeconômica com aqueles setoriais, todas as decisões voltadas ao desenvolvimento da agricultura no país foram compatíveis com os objetivos estratégicos definidos para o setor. Esse tipo de política perdurou ainda pela década de 80, momento em que as regras do mercado econômico regulavam o financiamento da agricultura.

No entanto, enquanto que nos anos 60 a política agrícola nacional desempenhou um papel fundamental na evolução da agricultura brasileira, a partir da década de 80 esse modelo passou a demonstrar saturação.

Assim, nos anos 90 várias transformações afetaram a economia nacional em razão de uma exposição mais competitiva nos setores produtivos. Deste modo, percebe-se que a agricultura foi penalizada nessa época em razão da política de valorização do câmbio. Fato que deixou prejudicado o setor de exportação diretamente ligado à agricultura, recuando o mercado alimentício interno em razão da alta importação de alimentos processados que já se encontravam no mercado internacional há bastante tempo.

Ao contrário do que se possa imaginar, mesmo com as penalizações à agricultura na década de 90, o Brasil transformou-se em um importante exportador de alimentos no mundo, tendo como produtos principais o suco de laranja, açúcar, café, carne bovina, suína e de aves, soja e milho. (EMBRAPA, 2018).

Ao mesmo tempo em que a agricultura e agropecuária passavam por transformações, muitas delas motivadas pelo mercado e interesses econômicos das grandes indústrias, vários movimentos sociais se mobilizavam de modo a buscar melhores condições de vida e de trabalho para todos que dependiam da agricultura para o seu sustento.

Conforme Wanderley (1990), a modernização da agricultura aconteceu tendo como base as relações sociais em que se mostrou evidente a relevância do proprietário sobre o produtor, constituindo a propriedade de terra um componente que organiza a atividade



agrícola. Assim, resta incontestável a importância dos movimentos sociais quanto à obtenção de políticas públicas que viabilizaram mais recursos para o pequeno agricultor, inerentes a equipamentos, insumos, treinamentos e tecnologia necessária para a melhoria contínua da atividade.

Como resultado da evolução da agricultura, houve a separação de estabelecimentos agropecuários em modelos do tipo “patronal” e “familiar”. Tais termos surgiram após estudos realizados pela *Food and Agriculture Organization* (FAO), conhecida no Brasil como Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o objetivo de se estabelecer diretrizes para um modelo de desenvolvimento sustentável. Esse estudo foi realizado pela primeira vez na década de 90, trazendo algumas características de cada modelo de agricultura.

O modelo patronal, segundo os estudos realizados, caracteriza-se por ser uma organização centralizada, com completa separação entre gestão e trabalho, dando ênfase na especialização e em práticas agrícolas padronizáveis, na utilização de tecnologias dirigidas à supressão de das decisões “de terreno” e “de momento” e naquelas dirigidas à redução das necessidades de mão de obra, contemplando o trabalho assalariado predominante e possuindo uma forte dependência de insumos comprados.(FAO/INCRA, 1996)

Os agentes patronais inseridos nesse modelo, portanto, nos termos trazidos por Costa (2009), dependem do trabalho assalariado, o qual está diretamente ligado ao grau de desenvolvimento do mercado de trabalho e originam-se dos processos de ocupação da terra e dos recursos naturais em razão do poder econômico. Nota-se, portanto, que esse modelo está estritamente relacionado ao mercado econômico e mais dependente dos insumos obtidos fora do meio ambiente natural.

Já no modelo familiar, de acordo com o Relatório da FAO/INCRA (1996), predominava a direção pelos próprios proprietários de terra do processo produtivo, com trabalho e gestão estando intimamente ligados. Esse modelo dá ênfase na diversificação, recursos naturais e na



qualidade de vida, sendo permeado por decisões imediatas, correspondentes ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. As tomadas de decisões são baseadas nas especialidades do processo produtivo, sendo verificadas *in loco*, onde o trabalho assalariado passa a ser complementar e não o componente principal de renda e com ênfase na utilização de insumos internos.

Isso posto, os agentes camponeses caracterizam-se pela centralidade da família em processos que demandam decisões, ora como definidora das necessidades produtivas, ora como essa centralidade sendo determinante no processo de apropriação de terras (COSTA, 2009).

Assim, o modelo familiar traçado pelos estudos constitui-se de um sistema social produtivo, composto de pessoas, instrumentos e matéria, com a produção exercida por meio da exploração dos recursos naturais, visando satisfação de suas necessidades, seja por meio de trocas, seja para fins de subsistência:

O sistema social produtivo (ou sistema técnico, econômico e social) é composto de homens e mulheres (força de trabalho, conhecimento e *savoir-faire*), meios inertes (instrumentos e equipamentos produtivos) e de matéria viva (plantas cultivadas e animais domésticos) que dispõe a população agrícola para desenvolver as atividades de renovação e de exploração da fertilidade do ecossistema cultivado, a fim de satisfazer direta (por autoconsumo) ou indiretamente (por trocas) suas próprias necessidades. (MAZOYER;ROUDART, 2010, p. 73)

A sustentabilidade da produção agrícola brasileira ganha força com marcos regulatórios e acordos internacionais discutidos conjuntamente entre os países, destacando-



se: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordos e Protocolos da Convenção do Clima, Protocolos e Programas da Convenção de Diversidade Biológica e Tratado sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura.

Após vários processos de mudanças na legislação e ambiente econômico, bem como após estudos realizados em razão do convênio firmado entre FAO e INCRA, foi sancionada a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O marco importante desta legislação estabelece tanto a definição de agricultor familiar quanto os requisitos necessários para ser reconhecido como tal:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

(BRASIL, 2006)

Enquadram-se ainda na definição de agricultor familiar os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de remanescente de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, atendidos aos requisitos previstos em Lei.



A agricultura familiar no Brasil possui as mais diversas características, as quais foram se moldando conforme as ocupações das terras ocorreram. Assim, cada agrupamento que pertencente à categoria da agricultura familiar possui suas individualidades e estas estão relacionadas à região em que estão localizadas.

3. Processo de ocupação na Amazônia

Estudos revelam que na região da Amazônia estão localizados alguns dos mais antigos vestígios de atividade humana na América do Sul, com sítios arqueológicos datados de dez mil anos antes de Cristo, e que os primeiros contatos dos povos amazônicos com os europeus ocorreram pelo século XVI, em grandes comunidades. (REIFSCHNEIDER et al., 2010).

Pesquisas recentes mostram que o cultivo realizado pelos indígenas antes da chegada dos europeus (época pré-colombiana), em que se utilizava técnicas de manejo florestais, permitiu a domesticação das florestas amazônicas ao longo do tempo e que este conhecimento foi passado de geração em geração até que este saber chegasse aos povos amazônicos modernos (LEVIS, 2018).

O crescimento populacional em todas as regiões do mundo era diretamente proporcional ao aumento da produção de alimentos por meio de técnicas características de cada universo de habitantes. Conforme Reifschneider et al. (2010), na Amazônia não foi diferente, com o uso da tecnologia da Terra Preta de Índio, solo o qual é rico em material orgânico decomposto e recebe esse nome em razão de sua coloração escura.

A Terra Preta de Índio é resultado do depósito de cinzas, resíduos de peixes, caças, e demais compostos orgânicos, e, em razão desse conjunto de restos orgânicos que resultaram nesse tipo de solo, a sua fertilidade química é superior em comparação aos demais terrenos da Amazônia que não tenham sido ocupados por humanos na pré-história, sendo esse tipo de superfície mais comumente encontrado na Amazônia Brasileira. (KERN et al., 2009)



Esse tipo de solo tem extrema relevância no ambiente amazônico, pois é importante instrumento no desenvolvimento agrícola na região, já que é muito procurado pela população local para o cultivo de frutas e legumes próprios do cultivo de subsistência.

A ocupação humana na Amazônia pode ser dividida em diferentes categorias socioambientais, de acordo com os impactos causados à natureza conforme a atividade exercida. Assim, de acordo com Lima e Pozzobon (2005), cada categoria social comporta-se de acordo com a formação social do grupo, a qual se relaciona com a produção econômica, com o nível de envolvimento com o mercado, bem como com a posse de uma cultura ecológica.

Durante o regime militar de 64 ocorreu a edição do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural (instrumentos legais para a promoção da reforma agrária). Contraditoriamente, ao mesmo tempo os militares buscavam frear as lutas e reivindicações dos trabalhadores para acessos a terra, os movimentos migratórios aumentaram em direção à Amazônia, na qual se buscava terra e liberdade (OLIVEIRA, 1994). Havia, inclusive, uma articulação do governo junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para impedir o acesso à terra para os migrantes, com estímulo de investimentos através de grandes projetos agropecuários.

Conforme Sousa (2015), as trajetórias de migração para a Amazônia correlacionadas ao sistema camponês podem ser assim identificadas, de acordo com a atividade: nativos da absorção daqueles que vieram para a Amazônia objetivando a exploração da Borracha, entre as décadas de 1940 e 1950, e na década de 1970, em razão da política agrária na ditadura militar; sistemas destinados ao agroflorestamento, em que é utilizada a associação entre agricultura e aquicultura, com preservação da natureza original; e sistemas de gado, localizadas em áreas de inundação e pastagens naturais.

Todos os grupos sociais que ocuparam a Amazônia, seja originariamente, ou em razão dos movimentos migratórios, exploram o meio ambiente através de vários fatores, que pode



ser assim identificados: ordem territorial e geográfica, econômica e cultural. Nesses termos, conforme Lima e Pozzobon (2005), o que se conclui com essa combinação de fatores é que as dicotomias sociológicas conhecidas tradicionalmente, como índio x branco e modo de produção doméstico x modo de produção capitalista, são incapazes de especificar e expor todas as diversidades na relação estabelecida entre meio ambiente e as categorias sociais que exploram os recursos naturais.

É preciso considerar ainda que o desempenho econômico dos migrantes que passaram a ocupar a região amazônica era baixo em comparação às populações tradicionais locais, como os ribeirinhos, em razão de não saberem como explorar os recursos naturais da floresta de modo a tirar melhor proveito do ambiente e garantir o seu sustento.

Essa movimentação migratória influenciou a agricultura conhecida na atualidade em que se mesclaram vários conhecimentos inerentes ao cultivo do solo e exploração dos recursos naturais, contribuindo para o aperfeiçoamento de técnicas que permitem a exploração do meio ambiente natural sem a utilização de produtos químicos que tanto se popularizaram na Revolução Verde, garantindo o meio de subsistência dessa população com a venda dos bens originários de sua produção.

4. Desenvolvimento sustentável e agricultura familiar no ambiente amazônico

A agricultura sustentável praticada pela pelos grupos familiares é muito importante, principalmente no ambiente amazônico, pois, contribui para o desenvolvimento sustentável local e, conforme Shiva (2001) com ela há a reciclagem dos nutrientes do solo, de forma que são devolvidos ao solo aqueles nutrientes necessários para a sustentação e desenvolvimento das plantas, de modo a reconhecer a terra como fonte de fertilidade através da reafirmação da lei do retorno.



O conceito de desenvolvimento sustentável foi disseminado pelo mundo e repercutiu até a atualidade em razão do Relatório de Brundtland, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em que traz a seguinte definição:

é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.49)

Um dos objetivos a serem alcançados e compreendidos através da propagação desse conceito é o de garantia da defesa e preservação do meio ambiente, bem de uso comum, de modo que as explorações dos recursos naturais atendam às necessidades humanas no presente, sem comprometer a fruição pelas gerações futuras de todos os seus benefícios.

Consoante ao conceito de desenvolvimento sustentável, Benchimol (2009) informa que a questão sobre a intergeracionalidade é de suma importância, pois exige uma gama de ações para restringir o uso de certos fatores naturais e reduzir o nível de agressão e degradação ambiental aliadas a técnicas e políticas econômicas de alta produtividade. Para o autor, o conceito exige uma atuação além da mentalidade econômica, incluindo a adequação ecológica, a correção política e avanço das relações sociais, embora entenda que o conceito de desenvolvimento sustentável seja um pleonismo, pois “não se pode crescer e ficar maior para sempre, sem que se introduzam mudanças de classe, ordem, técnica, qualidade, limpeza e proteção às fontes primárias e secundárias da vida na face da Terra” (BENCHIMOL, 2010, p.31)



A partir do conceito de desenvolvimento sustentável disseminado pelo mundo através do Relatório de Brundtland, mesmo que dotado de vários sentidos, colocava os povos indígenas à frente de um ideal de “adaptação consciente”, considerando, ainda que esses povos tiveram uma aproximação da sociedade nacional, principalmente pelo seu ingresso na economia e em decorrência do movimento indigenista (LIMA; POZZOBON, 2005). Os indígenas fazem parte da população amazônica onde se mostra mais evidente a utilização e transmissão do conhecimento tradicional, o qual se perpetua pelo tempo e espaço e se manifesta predominantemente na aplicação das técnicas de manejo florestal para a exploração dos recursos naturais.

Conforme definição trazida por Diegues et al. (2000, p.30), o conhecimento tradicional é “o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração”, e que para muitas sociedades, principalmente para os povos indígenas, esse conceito compreende a interligação orgânica entre o mundo natural, sobrenatural e a organização social.

O conhecimento indígena, conforme Levis (2018), é importante não só para que se entenda sobre domesticação de plantas e paisagens, como também serve para orientação de políticas de conservação da floresta, produção de alimentos e empoderamento da população local. Os conhecimentos locais trazidos por essas populações que vivem nas zonas rurais são imprescindíveis, pois constituem importantes bases que devem ser incorporadas nos planos de conservação ambiental.

Os grupos de produtores rurais da Amazônia podem ter sua classificação realizada de acordo com o grau de impacto ambiental derivada da ocupação humana, nos termos trazidos por Lima e Pozzobon (2005), sendo assim divididos: povos indígenas de comércio esporádico, povos indígenas de comércio recorrente, povos indígenas dependentes da produção mercantil, pequenos produtores “tradicionais”, latifúndios “tradicionais”, latifúndios recentes, migrantes/fronteira, grandes projetos e exploradores itinerantes.



Dentre essas categorias, aquela que possui uma alta sustentabilidade ambiental é a dos povos indígenas de comércio esporádico e aquelas que possuem um grau mais baixo de sustentabilidade ecológica são os latifúndios recentes e exploradores itinerantes, as quais podem ter seu baixo grau de sustentabilidade diretamente relacionado à sua orientação econômica. Assim, as categorias que buscam o lucro, possuem uma alta interferência na natureza e sua ação pode resultar em poluição, destruição de habitats, extinção de espécies e exploração exacerbada de recursos naturais que culmina na incapacidade de sua regeneração.

Para o contexto amazônico e em consonância com a classificação trazida por Lima e Pozzobon (2005), enquadram-se como agricultores familiares os povos indígenas e as comunidades tradicionais. Nos termos da Lei 11.326/06, somente podem ser enquadrados nessa categoria caso atendam aos requisitos de: mão-de-obra composta em sua maior parte pela família no exercício das atividades econômicas do empreendimento; que a renda familiar seja obtida minimamente através das atividades exercidas no local e que os negócios sejam dirigidos conjuntamente com a sua família. (BRASIL, 2006)

Os grupos indígenas caracterizam-se pela cultura que vem do mito, onde os elementos da natureza possuem sua função conforme delineado pelas narrativas que é repassado de geração em geração. Essa tradição permanece no grupo além do tempo e espaço graças à oralidade, característica esta semelhante aos dos grupos enquadrados como de tradição cabocla que se diferencia quanto aos elementos da cultura: enquanto a cultura indígena possui um só centro de origem de mitos, aquela possui vários fragmentos de diversos povos, os quais misturaram-se e constituem a cultura conhecida por esses povos desde então.

Dentre os atores pertencentes às comunidades tradicionais do ambiente amazônico encontram-se os ribeirinhos, os quais sofreram influências da cultura indígena no seu modo de explorar os recursos naturais. São considerados como uma referência de população tradicional na região, e, segundo Benchimol (2009), fazem parte de diferentes grupos étnicos,



como índio-caboclo, meio-caboclo, caboclo, os quais são resultantes da miscigenação entre colonizadores, imigrantes nordestinos, e demais populações.

Assim, os ribeirinhos herdaram uma mistura de cultura indígena com conhecimentos trazidos por migrantes de outras culturas, valores, hábitos e costumes. Todo esse saber foi incorporado pelo ribeirinho em razão, principalmente, da necessidade de sobrevivência e adaptação aos ciclos econômicos.

Os grupos de agricultores familiares presentes no ambiente amazônico contribuem para o equilíbrio ecológico da região por meio de seu conhecimento tradicional. A fusão de conhecimentos oriundos de outras regiões do país através dos migrantes combinada com os conhecimentos indígenas permitiram a formação de um conhecimento único, o qual somente pode ser encontrado na região amazônica. Percebe-se que desde o solo que se faz presente na maior parte da região (Terra Preta de Índio) até os conhecimentos dos ribeirinhos são características típicas de uma população que só pode ser encontrada na Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor agrícola brasileiro passou por várias transformações ao longo do tempo, muitas delas motivadas pelas lutas dos movimentos sociais, pelo cenário econômico e industrial, pela busca pela melhoria da qualidade de vida e por condições de trabalho no campo. Houve também implicações de movimentação internacional quanto ao desenvolvimento sustentável por meio de acordos e convenções.

Mesmo com a mecanização da agricultura brasileira, as práticas de cultivo de maneira mais artesanal que respeitam o tempo da natureza e o seu ciclo de regeneração por intermédio do manejo florestal sustentável oferecem produtos à população, tanto do Brasil quanto do mundo, com maior segurança alimentar e menor impacto ao meio ambiente natural.



Antes da ocupação da Amazônia pelos europeus, compreende-se que os povos originários preocupavam-se com o cultivo de plantas e preparo do solo para que estes atendessem às suas necessidades, ocorrendo, assim, a domesticação das plantas e fertilização do solo amazônico.

Entende-se, portanto, que a prática da agricultura familiar realizada pelo vários grupos que se encontram na região amazônica, seja aquela composta por indígenas, seja aquela praticada por povos tradicionais, são de suma importância, pois por meio de suas práticas consuetudinárias, preserva-se o meio ambiente, através da exploração dos recursos naturais de maneira equilibrada e não predatória. Observa-se que os agricultores familiares utilizam de práticas tradicionais resultantes de uma mistura do conhecimento indígena com aquele trazido pelos migrantes de outras regiões do país

Além da preservação ambiental, observa-se que essas práticas contribuem para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, alcançando as áreas sociais, ambientais e econômicas, de modo a atender aos preceitos constitucionais da dignidade da pessoa humana alinhados à garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Os agricultores familiares que desenvolvem suas atividades no ambiente amazônico, além de contribuírem para a preservação do meio ambiente, são sujeitos de direitos, os quais influenciam fortemente os destinos da sociedade, principalmente em assuntos relacionados à política socioambiental. Depreende-se, portanto, que o Estado deve desenvolver ações e políticas públicas voltadas a esse segmento, de modo a promover a proteção dos seus direitos relativos à cidadania, para que, assim, essas pessoas possam continuar suas práticas tradicionais em consonância com o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, ao mesmo tempo em que ajudam a conservar os recursos naturais presentes no ambiente amazônico.



REFERÊNCIAS

ANDRADES, Thiago Oliveira; GANIMI, Rosangela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. In: **CES Revista**. Juiz de Fora. v. 21. 2007. Disponível em: <https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: 20. out. 2019.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 3. ed. Manaus: Valer, 2009.

BENCHIMOL, Samuel. **Zênite ecológico e Nadir econômico-social: análises e propostas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2010.

BRASIL. Lei nº 11326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 07 jul. 2019.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Trajetória recente da política agrícola brasileira**. 1999. 326p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <[http://www.dep.ufscar.br/docentes/hildo/Pol%EDticas%20Agr%EDcolas%20e%20Macro economia/Buainain,_Antonio_Marcio.pdf](http://www.dep.ufscar.br/docentes/hildo/Pol%EDticas%20Agr%EDcolas%20e%20Macro%20economia/Buainain,_Antonio_Marcio.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.



COSTA, Francisco de Assis. Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 8, n. 1, p. 35-86, 30 out. 2009.

CRESTANA, Silvio; SOUSA, Ivan Sergio Freire de. Agricultura tropical no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Ana Christina Sagebin; SILVA, Aliomar Gabriel da (Ed.). **Agricultura tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. Cap. 1. p. 41-65.

DIEGUES, Antônio Carlos et al (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000

EMBRAPA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Brasília: Embrapa, 2018.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UTF/BRA/036, agosto, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Agricultura: evolução e importância para a balança comercial brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014

KERN, Dirse Clara et al. Evolução do conhecimento em terra preta de índio. In: TEIXEIRA, Wenceslau Gerales et al (Ed.). **As Terras Pretas de Índio da Amazônia: Sua Caracterização**



e Uso deste Conhecimento na Criação de Novas Áreas. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2009. p. 72-81. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/684554>>. Acesso em: 19 out. 2019.

LEVIS, Carolina et al. How people domesticated Amazonian forests. *Frontiers in Ecology and Evolution*, v. 5, n. JAN, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/170595>>. Acesso em 10 out 2019.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Estud. av.*, São Paulo , v. 19, n. 54, p. 45-76, Aug. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 out. 2019.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Unesp, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estud. av.*, São Paulo , v. 15, n. 43, p. 185-206, Dec. 2001 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Out. 2019.



REIFSCHNEIDER, Francisco José Becker et al. **Novos ângulos da história da agricultura no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2010.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, Romier da Paixão. **Educación profesional y sabidurías de los jóvenes campesinos en la Amazonía**: una reflexión desde la agroecología política. 2015. 351 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Doctorado En Sociedad y Medioambiente, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2015. Disponível em: <<https://rio.upo.es/xmlui/bitstream/handle/10433/2140/paixao-sousa-tesis15.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22 out. 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **A questão agrária na atualidade**: quem é o agente do progresso? In: XV Encontro dos Grupos Temáticos do PIPSA, Rio de Janeiro, (mimeo)

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agricultura ecológica**: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001.